



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Relatório de Gestão

2008-2009

Des. João Eduardo Souza Varella



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Relatório de Gestão

2008-2009

Des. João Eduardo Souza Varella

Florianópolis - Santa Catarina

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Composição

Presidente

Des. João Eduardo Souza Varella

Vice-Presidente

Corregedor Regional Eleitoral

Des. Cláudio Barreto Dutra

Juízes Efetivos

Juiz Márcio Luiz Fogaça Vicari
Juiz Oscar Juvêncio Borges Neto
Juiz Odsom Cardoso Filho
Juíza Eliana Paggiarin Marinho
Juiz Samir Oséas Saad

Juízes Substitutos

Des. Sérgio Torres Paladino
Des. Newton Trisotto
Juíza Cláudia Lambert de Faria
Juiz João Carlos Castilho
Juiz Saul Steil
Juiz Heitor Wensing Júnior
Juiz Julio Guilherme Berezoski Schattschneider

Procurador Regional Eleitoral

Dr. Cláudio Dutra Fontella

Procurador Regional Eleitoral Substituto

Dr. André Stefani Bertuol

Presidência

Assessoras Jurídicas

Ana Eloise de Carvalho Flôres
Ana Lúcia Silva

Assessora de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial

Ana Patrícia Tancredo Gonçalves

Diretor-Geral

Samir Claudino Beber

Assessora de Recursos Humanos da Direção-Geral

Kátia Cristina Kolb Schiefler Sombrio

Assessora de Licitações e Contratos da Direção-Geral

Nelzyr Silva Müller

Assessor de Planejamento Estratégico e Gestão

Augusto César Ampos

Coordenadora de Controle Interno

Denise Goulart Schlickmann

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Dilene Soares Tavares dos Anjos

Secretária Judiciária

Clycie Damo Bertoli

Coordenadora de Registro e Informações Processuais

Rosana Spiller Fernandes

Coordenador de Sessões

Rodrigo Camargo Piva

Coordenadora de Gestão da Informação

Ilenia Schaeffer Sell

Secretário de Administração e Orçamento

Eduardo Cardoso

Coordenador de Orçamento e Finanças

Salésio Bauer

Coordenador de Material e Patrimônio

Rafael Alexandre Machado

Coordenador de Apoio Administrativo

Vilson Raimundo Rezzadori

Secretário de Gestão de Pessoas

Edmundo Cesar Nunes

Coordenadora de Pessoal

Iraê Regina Vieira

Coordenadora de Pagamento

Suzete Miria Virgílio Ziert

Coordenador de Educação e Desenvolvimento

Luciano Rodrigues de Oliveira

Secretário de Tecnologia da Informação

Carlos Rogério Camargo

Coordenador de Eleições

Eron Domingues

Coordenador de Soluções Corporativas

Renato de Ávila Pacheco

Coordenador de Suporte e Infraestrutura Tecnológica

Walter Luiz Rausch

SUMÁRIO

Presidência	15
Decisões da Presidência	15
Expedientes Diversos	19
Membros do Tribunal	19
Portarias Normativas da Presidência	20
Sessões e Julgamentos Realizados.....	22
Resoluções Normativas.....	22
Destaques das Unidades Orgânicas de Assistência Direta e Imediata à Presidência.....	23
Destaques na Área Judiciária.....	29
Destaques na Área de Administração e Orçamento	32
Destaques na Área de Gestão de Pessoas.....	35
Destaques na Área de Tecnologia da Informação	37
Eleições 2008	39
Recadastramento de Eleitores e Eleição pelo Sistema Biométrico em São João Batista.....	40
Registros, em ata, de outros Atos e Ocorrências	42
Participação em Eventos Oficiais	47
Agradecimentos	48
Relatório De Atividades Da Corregedoria Exercício 2008	51
Introdução	53
Estudos, Manifestações e Provimentos	53
Coordenadoria de Atividades Judiciárias e Correccionais	54
Coordenadoria de Supervisão e Orientação do Cadastro Eleitoral	56

APRESENTAÇÃO

Senhores Juízes, Senhor Procurador Regional Eleitoral, tendo em vista que, em 28.1.2009, fui eleito para o cargo de 1º Vice-Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e apresentei ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente pedido de dispensa da função eleitoral e renúncia ao cargo de Presidente desta Corte, trago ao conhecimento de Vossas Excelências – na forma do disposto no art. 20, XXVIII, do Regimento Interno desta Casa – o relatório dos trabalhos realizados durante minha gestão na Presidência, de 26 de março de 2008 a 27 de janeiro de 2009.

As atividades jurisdicionais desta Corte foram intensas e ininterruptas, pois, além dos processos judiciais relativos às eleições – em número recorde, frise-se –, deu-se continuidade ao julgamento de pedidos de cassação relativos às eleições anteriores e decorrentes de infidelidade partidária, dentre muitos outros assuntos.

As atividades administrativas, no período em referência, voltaram-se, predominantemente, para a organização das Eleições Municipais de 2008, que se realizaram no dia 5 de outubro, em primeiro turno, e a 26 do mesmo mês, em segundo turno, nos Municípios de Florianópolis e Joinville.

Em vista disso, a Secretaria do Tribunal direcionou seus esforços para o planejamento e a execução das atividades preparatórias do pleito, as quais envolveram quase a totalidade dos servidores.

O processo eleitoral em Santa Catarina, como de praxe, transcorreu com tranquilidade, sendo os trabalhos de apuração, totalização e transmissão dos resultados concluídos com pleno êxito, traduzido na rapidez, eficiência, segurança e, em especial, na consistência dos dados, que refletiram com total transparência a vontade popular.

Mais uma vez nosso Estado concluiu as eleições com 100% de urnas eletrônicas, não se fazendo necessária a votação e a apuração manual.

Cabe realçar o sucesso do recadastramento dos eleitores da 53ª Zona Eleitoral (São João Batista), bem como do projeto piloto da utilização da urna eletrônica com aparelho acoplado para a coleta da impressão digital, a chamada urna biométrica, cujos resultados foram avaliados positivamente pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Ainda, deu-se continuidade a projetos administrativos já em andamento, a partir do planejamento estratégico da instituição - que abrange não apenas o planejamento das eleições, mas o direcionamento institucional a longo prazo -, visando, sempre, à melhoria das condições de trabalho e dos serviços prestados aos cidadãos e à modernização do Tribunal, com a otimização dos recursos disponíveis.

Florianópolis, 2 de fevereiro de 2009.

Des. Souza Varella
Presidente

1 PRESIDÊNCIA

1.1 DECISÕES DA PRESIDÊNCIA

1.1.1 JUDICIAIS:

Foram subscritas por esta Presidência decisões em processos judiciais oriundos da Secretaria Judiciária, tais como:

- multas eleitorais (intimação para recolhimento, pedidos de parcelamento, inscrição em dívida ativa e pedidos de reconsideração): 23;
- juízo de admissibilidade em recursos especiais: 136;
- despachos em recursos ordinários: 15;
- processos judiciais oriundos da Coordenadoria de Registro e Informações Processuais (prestação de contas, consultas, registros partidários, entre outros): 93;
- agravos de instrumento: 83;
- agravos regimentais: 3;
- informações em mandados de segurança: 10;
- medidas cautelares e liminares: 2;
- inquérito policial (decretação de sigilo, prorrogação de prazo, arquivamento dentre outros): 25.

1.1.2 ADMINISTRATIVAS:

Constituíram-se diversos grupos de trabalho, integrados por servidores, para estudar matérias de interesse da Administração, a fim de rever e aprimorar atos normativos internos e elaborar minutas de portarias e de resoluções.

Além dos despachos em documentos e em processos – quer administrativos, quer judiciais –, foram proferidas pela Presidência decisões sobre os mais diversos temas, conforme síntese abaixo, em processos administrativos oriundos da Secretaria de Administração e Orçamento, da Secretaria de Gestão de Pessoas e da Secretaria de Tecnologia da Informação.

1.1.2.1 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO:

- solicitações de Tribunais Regionais Eleitorais ao TRESC para receber, a título de doação, um microônibus, sob a forma de unidade eleitoral móvel, em desuso nesta Corte, destinado ao atendimento itinerante naqueles Estados;
- consulta acerca da possibilidade de pagamento de honorários aos defensores nomeados para atuar na Justiça Eleitoral de Santa Catarina;
- tomadas de contas especiais instauradas com base nos Processos de Prestação de Contas n. 8.826/2003, n. 9.428/2004 e n. 9.846/2006;
- consulta sobre a viabilidade de convocação dos auxiliares da Justiça Eleitoral por meio de oficial de justiça;
- análise de proposta de alteração da Resolução TRESC n. 7.330/2003, relativa à concessão de diárias e meios de transporte nos casos de deslocamento;
- despachos diversos em expedientes encaminhados para a SAO.

1.1.2.2 SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS:

- análise de recurso contra decisão da Direção-Geral, que não reconheceu curso de pós-graduação, para fins de concessão do adicional de qualificação previsto na Resolução TSE n. 22.576, de 28.8.2007;
- requerimentos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;
- incidência de Imposto de Renda sobre as diferenças resultantes do recálculo do teto constitucional;
- pedidos de reconsideração da determinação de recolhimento do Imposto de Renda e da contribuição previdenciária sobre os valores recebidos a título de devolução de corte do teto constitucional;

- requerimentos de licença para acompanhamento de cônjuge;
- pedidos de licença para capacitação;
- pedido de reconsideração da negativa de ressarcimento de despesa com tratamento odontológico;
- requerimento de benefício de pensão vitalícia;
- reavaliação médica de servidor aposentado por invalidez;
- procedimento relativo a concurso de remoção;
- requerimento administrativo de reconsideração de edital de concurso de remoção;
- pedidos de remoção;
- proposta de realização, de ofício, de remoções para suprir vazios de lotação;
- proposta de regulamentação interna da prorrogação da licença à gestante e da licença à adotante, de que trata a Lei n. 11.770, de 9.9.2008;
- requerimentos de pagamento das parcelas vencidas referentes à Gratificação de Atividade de Segurança;
- proposta de provimento de cargo vago;
- proposta de alteração da Portaria P n. 500, de 25.10.2004, que dispõe sobre a concessão de férias e o pagamento aos servidores do Quadro de Pessoal deste Tribunal das vantagens dela decorrentes;
- reenquadramento dos técnicos judiciários da especialidade transporte na de segurança;
- pedido de reconsideração contra decisão que indeferiu pedido de serviço extraordinário retroativo;
- requerimento de averbação de tempo de serviço/contribuição;
- pedido de reconsideração de avaliação de desempenho durante o estágio probatório;
- proposta de alteração da área de atividade e especialidade dos cargos de técnico judiciário – área de apoio especializado – especialidade digitação, do Quadro de Pessoal deste Tribunal;
- requisições de servidores;
- designações de auxiliares eleitorais;
- sindicâncias e processos administrativos disciplinares;
- prorrogações de designação de juízes eleitorais;
- restabelecimento da posição de magistrados na tabela de antigüidade dos juízes de comarcas diversas;

- afastamento de juízes eleitorais;
- proposta de alteração da Resolução TRESA n. 7.347, de 7.10.2003 (procedimentos a serem observados nos processos administrativos disciplinares no âmbito deste Tribunal);
- proposta de alteração da Resolução TRESA n. 7.458, de 14.11.2005 (atribuições e responsabilidades dos servidores lotados nas zonas eleitorais);
- análise de sugestão de grupo de trabalho quanto à avaliação de servidores portadores de deficiência para fins de ingresso no serviço público e durante o estágio probatório;
- minuta de convênio, visando à cooperação mútua entre juízes eleitorais e universidades, para a realização de estágio nas dependências dos cartórios eleitorais;
- consulta acerca dos procedimentos a serem adotados para o cumprimento do Acórdão TCU n. 1.286/2008 – Plenário (VPNI);
- consulta acerca da possibilidade de inclusão da Vantagem Pecuniária Individual (VPI), instituída pela Lei n. 10.698, de 2.7.2003, na base de cálculo da gratificação natalina, do adicional de férias e do adicional pela prestação de serviço extraordinário;
- despachos diversos em expedientes encaminhados à SGP.

1.1.2.3 SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

- análise de proposta de resolução – uso dos recursos de rede, da internet e do correio eletrônico pelos usuários do TRESA;
- estudos sobre a agregação de seções eleitorais para as Eleições de 2008;
- denúncia acerca da apresentação de simulador da urna eletrônica em inserções da propaganda eleitoral gratuita, o que seria vedado pelo art. 69 da Resolução TSE n. 22.718, de 28.2.2008;
- proposta de alteração da composição das mesas receptoras para as Eleições de 2008;
- solicitações de juízes eleitorais para atendimento dos eleitores, por meio de unidade volante;
- pedido de reconsideração de indeferimento de pedido de atendimento volante manual dos formulários RAE;
- pedidos de cessão de equipamentos e dos recursos técnicos necessários à realização de eleições parametrizadas;
- despachos diversos em expedientes encaminhados à STI.

1.2 EXPEDIENTES DIVERSOS

Foram protocolizados neste Tribunal 19.110 documentos; expedidos 3.283 ofícios, 59 ofícios-circulares, 409 portarias da Presidência e 1.202 portarias da Direção-Geral.

1.3 MEMBROS DO TRIBUNAL

ELEIÇÃO E POSSE: em virtude do término do biênio do então Presidente desta Corte, Desembargador José Trindade dos Santos, fui eleito Presidente na sessão de 3 de março de 2008, oportunidade em que o Desembargador Cláudio Barreto Dutra foi eleito Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, tendo a sessão solene de posse sido realizada no dia 26 de março de 2008.

DOUTOR CLÁUDIO DUTRA FONTELLA: em 31 de março de 2008, tomou posse como procurador efetivo, na categoria Procurador Regional Eleitoral.

DOUTOR ANDRÉ STEFANI BERTUOL: em 31 de março de 2008, tomou posse como Procurador Substituto, na categoria Procurador Regional Eleitoral.

DOUTOR NEWTON TRISOTTO: em 2 de abril de 2008, assumiu como juiz substituto deste Tribunal, na categoria desembargador.

DOUTOR HEITOR WENSING JÚNIOR: em 14 de maio de 2008, tomou posse como juiz substituto, na categoria jurista.

DOUTOR JULIO GUILHERME BEREZOSKI SCHATTSCHNEIDER: em 3 de novembro de 2008, tomou posse como juiz substituto, na categoria juiz federal.

DOUTOR VOLNEI CELSO TOMAZINI: encerrou sua participação como juiz efetivo da categoria juiz de direito e na direção da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina - EJESC em 14 de novembro de 2008, em razão de seu pedido de afastamento.

DOUTORA ELIANA PAGGIARIN MARINHO: em 17 de novembro de 2008, tomou posse como juíza efetiva, na categoria juiz federal, na vaga deixada pelo Juiz Jorge Antonio Maurique.

DOUTOR MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI: na sessão de 20 de novembro de 2008, foi eleito Diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina - EJESC, em razão do afastamento do Juiz Volnei Celso Tomazini, até o final da gestão desta Presidência.

DOUTOR SAMIR OSÉAS SAAD: em 1º de dezembro de 2008, tomou posse como juiz efetivo, na categoria juiz de direito, na vaga deixada pelo Juiz Volnei Celso Tomazini.

1.4 PORTARIAS NORMATIVAS DA PRESIDÊNCIA

Dentre as 409 portarias expedidas pela Presidência, merecem destaque as 22 de caráter normativo:

- Portaria P n. 135, de 16 de abril de 2008: Estabeleceu a realização de plantão nos Cartórios Eleitorais de Santa Catarina no período antecedente ao dia 7 de maio de 2008, data de fechamento do Cadastro Eleitoral, nos termos do Calendário Eleitoral das Eleições 2008.
- Portaria P n. 182, de 15 de maio de 2008: Alterou o Anexo I da Portaria P n. 311/2007 dispondo sobre parâmetros de ressarcimento de despesas com saúde, estabelecendo nova tabela de participação.
- Portaria P n. 199, de 2 de junho de 2008: Estabeleceu o limite mensal para a realização de serviço extraordinário por servidores requisitados ou em exercício provisório, lotados nos cartórios eleitorais, entre 5 de julho e 18 de dezembro de 2008.
- Portaria P n. 200, de 2 de junho de 2008: Dispôs sobre o número máximo de folhas dos processos administrativos e dos judiciais.
- Portaria P n. 221, de 16 de junho de 2008: Alterou a Portaria P n. 290/2007, que dispõe sobre a delegação de competências ao diretor-geral e aos secretários do TRESA.
- Portaria P n. 236, de 1º de julho 2008: Dispôs sobre o serviço extraordinário realizado pelos servidores designados para as atividades preparatórias da implantação da sistemática de identificação do eleitor, mediante a incorporação de dados biométricos e fotografia, na 53ª Zona Eleitoral – São João Batista, nos dias 28 e 29 de junho de 2008.
- Portaria P n. 237, de 3 de julho de 2008: Alterou para as dezesseis horas e trinta minutos o horário de início das sessões plenárias durante o período eleitoral,.
- Portaria P n. 251, de 23 de julho de 2008: Publicou a composição das juntas eleitorais para as Eleições 2008.
- Portaria P n. 254, de 29 de julho de 2008: Estabeleceu os parâmetros de ressarcimento das despesas com saúde previstas na Resolução TRESA n. 7.525, de 18.12.2006, que regulamenta o Programa de Assistência à Saúde (PAS) dos servidores do TRESA.
- Portaria P n. 256, de 29 de julho de 2008: Autorizou, em caráter excepcional, o ressarcimento dos valores correspondentes aos percentuais de participação dos beneficiários-titulares no Programa de Assistência à Saúde (PAS), no período compreendido entre janeiro a junho de 2008, até o limite da disponibilidade orçamentária para o referido período.
- Portaria P n. 260, de 31 de julho de 2008: Nomeou os integrantes das juntas eleitorais para as Eleições de 2008.

- Portaria P n. 284, de 28 de agosto de 2008: Transformou, à medida em que vagarem, os cargos de técnico judiciário – área de apoio especializado – especialidade digitação em técnico judiciário – área administrativa.
- Portaria P n. 320, de 30 de setembro de 2008: Autorizou, em caráter excepcional, que a antecipação da redução dos percentuais de participação dos beneficiários-titulares do Programa de Assistência à Saúde (PAS), seja efetuada mensalmente durante o último trimestre do exercício 2008, até o limite do saldo orçamentário disponível para o mês correspondente.
- Portaria P n. 342, de 18 de novembro de 2008: Alterou o art. 2º da Portaria P n. 500, de 25.10.2004, que dispõe sobre a concessão de férias aos servidores do Quadro de Pessoal do TRESA e o pagamento das vantagens dela decorrentes.
- Portaria P n. 344, de 24 de outubro de 2008: Estabeleceu o limite mensal para a realização de serviço extraordinário por servidores requisitados ou em exercício provisório, lotados nos cartórios eleitorais de Florianópolis e Joinville, no mês de outubro de 2008.
- Portaria P n. 360, de 13 de novembro de 2008: Autorizou, em caráter excepcional, tendo em vista o saldo orçamentário remanescente do Programa de Assistência à Saúde (PAS) do TRESA, o ressarcimento pelo Tribunal, no mês de dezembro de 2008, de algumas diferenças e taxas de manutenção, mediante rateio proporcional do crédito disponível.
- Portaria P n. 365, de 20 de novembro de 2008: Designou o juiz Márcio Luiz Fogaça Vicari, juiz efetivo da classe jurista, para dirigir a Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina até o término de minha gestão.
- Portaria P n. 366, de 24 de novembro de 2008: Dispôs sobre a suspensão dos prazos judiciais na Justiça Eleitoral de Santa Catarina de 24 a 27.11.2008, em razão das enchentes que atingiram o Estado.
- Portaria P n. 371, de 28 de novembro de 2008: Prorrogou, sine die, os efeitos da Portaria P n. 366, de 24.11.2008, suspendendo os prazos judiciais na Justiça Eleitoral de Santa Catarina.
- Portaria P n. 373, de 3 de dezembro de 2008: Dispôs que os prazos judiciais de que tratam as Portarias P n. 366, de 24.11.2008, e n. 371, de 28.11.2008, permanecem suspensos até 5 de dezembro de 2008.
- Portaria P n. 395, de 16 de dezembro de 2008: Dispôs sobre a prorrogação da licença à gestante e da licença à adotante no âmbito do TRESA, nos termos da Lei n. 11.770, de 9.9.2008.
- Portaria P n. 6, de 14 de janeiro de 2009: Suspendeu temporariamente a fruição de dias em haver decorrentes de atividades exercidas pelos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no período de 20 de dezembro de 2008 a 6 de janeiro de 2009, até que o Tribunal de Contas da União decida acerca da matéria (autos TC n. 4.470/2008-0).

1.5 SESSÕES E JULGAMENTOS REALIZADOS

1.5.1 JUDICIAIS

No período a que se refere este relatório, foram realizadas 133 sessões judiciais, tendo sido registrados, autuados e distribuídos 1.961 processos, editadas 164 resoluções e lavrados 1.391 acórdãos.

1.5.2 ADMINISTRATIVAS

Nele também foram realizadas, via de regra após as judiciais, 51 sessões administrativas, nas quais foram apreciados 448 expedientes/procedimentos.

1.6 RESOLUÇÕES NORMATIVAS

As onze resoluções normativas que o Tribunal entendeu necessárias para assegurar a regularidade dos serviços eleitorais e administrativos no âmbito de sua competência foram as seguintes:

- Resolução n. 7.678, de 23 de abril de 2008: Dispôs sobre as classes processuais e as siglas dos registros processuais do TRESA.
- Resolução n. 7.692, de 28 de maio de 2008: Alterou a Resolução TRESA n. 7.554, de 28.11.2007, tratando da indenização de transporte aos oficiais de justiça designados para cumprimento de mandados provenientes da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.
- Resolução n. 7.698, de 16 de junho de 2008: Dispôs acerca das atribuições e responsabilidades dos servidores lotados nas zonas eleitorais.
- Resolução n. 7.699, de 16 de junho de 2008: Dispôs sobre a fluência dos prazos processuais no período eleitoral relativos às ações em que for adotado o rito da Lei Complementar n. 64, de 18.5.1990, no que se refere aos atos publicados no Diário da Justiça Eleitoral de Santa Catarina (DJESC).
- Resolução n. 7.705, de 23 de junho de 2008: Estabeleceu plantão no Tribunal para o período eleitoral.
- Resolução n. 7.708, de 25 de junho de 2008: Alterou o caput do art. 5º da Resolução TRESA n. 7.347, de 7.10.2003, que trata dos procedimentos a serem observados no processo administrativo disciplinar no âmbito do TRESA.
- Resolução n. 7.709, de 1º de julho de 2008: Alterou a alínea b do inciso I do art. 7º da Resolução TRESA n. 7.559, de 11.12.2007, que dispõe sobre a competência dos juízes

eleitorais e a distribuição dos processos, bem como de outros procedimentos nos municípios sob a jurisdição de mais de uma zona eleitoral.

- Resolução n. 7.729, de 28 de julho de 2008: Alterou a Resolução TRESA n. 7.457, de 5.12.2005, que define critérios para o exercício da jurisdição eleitoral de primeiro grau.
- Resolução n. 7.735, de 2 de outubro de 2008: Alterou a Resolução TRESA n. 7.285, de 21.5.2002, que regulamenta o uso da rede internet e do correio eletrônico no âmbito do TRESA.
- Resolução n. 7.738, de 3 de dezembro de 2008: Dispõe sobre o curso dos prazos e o funcionamento das Centrais de Atendimento ao Eleitor no feriado previsto no art. 62, inciso I, da Lei n. 5.010, de 30.5.1966.
- Resolução n. 7.740, de 20 de janeiro de 2009: Dispõe sobre a reserva de vaga às pessoas portadoras de deficiência aprovadas em concurso público realizado por este Tribunal, definindo os procedimentos relativos a sua avaliação para fins de ingresso no serviço público e durante o estágio probatório.

1.7 DESTAQUES DAS UNIDADES ORGÂNICAS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA À PRESIDÊNCIA

1.7.1 ASSESSORIAS JURÍDICAS

As atribuições das Assessorias Jurídicas da Presidência, estabelecidas no art. 13 da Resolução TRESA n. 7.545, de 17.9.2007 – Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina –, consistem em assessorar a Presidência em seus atos de gestão atinentes ao desempenho de suas atribuições legais e regimentais; dirigir, orientar e coordenar as atividades da unidade com vistas ao pronto e permanente atendimento à Presidência; realizar estudos jurídicos e emitir pareceres em procedimentos administrativos e em processos judiciais, quando determinado pela Presidência; subsidiar com pesquisas, análises e informações os despachos da Presidência nos recursos especiais e ordinários; elaborar, por determinação da Presidência, minutas de despachos a serem submetidas à sua apreciação; analisar, por ordem da Presidência, minutas de atos normativos que envolvam matéria administrativa e eleitoral de interesse do Tribunal, na esfera de sua competência; sugerir a elaboração de ato normativo sobre matérias relacionadas à área de atuação das Assessorias; preparar a documentação necessária para subsidiar o Presidente quando de sua participação nos encontros do Colégio de Presidentes e executar outras atividades correlatas determinadas pela Presidência.

Nesse contexto, em apertada síntese, consoante se extrai do relatório apresentado a esta Presidência, as Assessorias apreciaram procedimentos administrativos oriundos da Secretaria de Administração e Orçamento, da Secretaria de Gestão de Pessoas

e da Secretaria de Tecnologia da Informação, bem como processos judiciais, provenientes da Secretaria Judiciária, abrangendo todas as matérias mencionadas no item 1.1.1 deste relatório, além de analisarem, diariamente, os mais variados documentos encaminhados à Presidência, com vistas a oferecer subsídios para as decisões dessa autoridade.

Procederam, também, à análise de minutas de resoluções em processos (judiciais e administrativos), subsidiaram a Presidência com a prestação de informações para a Advocacia-Geral da União, Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Contas da União, Ministério Público de Santa Catarina, Corregedoria Regional Eleitoral e outros órgãos públicos e entidades particulares.

1.7.2. ASSESSORIA DE IMPRENSA, COMUNICAÇÃO SOCIAL E CERIMONIAL

A Assessoria de Imprensa, Comunicação Social e Cerimonial tem suas atribuições arroladas no art. 15 do Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (Resolução n. 7.545/2007), extraindo-se, sinteticamente, do relato circunstanciado apresentado pela referida unidade, as principais atividades desenvolvidas durante a gestão que se encerra:

1.7.2.1 SEÇÃO DE IMPRENSA

Merecem destaque: a produção de textos jornalísticos para releases, notas, boletins de rádios, entre outros (foram elaboradas 737 reportagens sobre a Justiça Eleitoral catarinense e publicadas 211 notícias do TSE, o que tornou o site deste Tribunal dinâmico e atrativo, com novidades diárias), o acompanhamento das sessões de julgamentos do TRESA visando à elaboração de matérias jornalísticas para o referido site, para a imprensa estadual e para o TSE, que também disponibiliza as informações em sua página; auxílio na elaboração de reportagens para o programa Brasil Eleitor, produzido pela TV Justiça e veiculado por TVs nacionais e estaduais, mediante sugestões de pauta, apoio à jornalista responsável pela edição com informações, pesquisas, e indicação de fontes corretas, marcação e acompanhamento de entrevistas. Foram produzidas nove matérias para o programa; ampla divulgação dos eventos realizados pela Escola Judiciária Eleitoral; intermediação entre os veículos de comunicação estaduais e nacionais para a realização de entrevistas de rádio, TV e mídia impressa. Atendimento a jornalistas, com a indicação da fonte adequada, realização do contato, agendamento e, eventualmente, o acompanhamento do entrevistado. Foram agendadas cerca de duzentas entrevistas; atendidos jornalistas em busca de informações para a produção de matérias e reportagens sobre o processo eleitoral (eleições, urnas eletrônicas, eleitorado, partidos políticos, ações da Justiça Eleitoral, prazos, processos julgados no TRESA, etc.), além de dirimidas dúvidas para sites e blogs, que exigem uma resposta instantânea; foi feito o atendimento da imprensa local, regional e nacional para a divulgação do cadastramento biométrico de eleitores em São João Batista. Foi contratado um jornalista e um produtor para auxiliar na busca de informações in loco, com grande produção de

material jornalístico e reportagens que repercutiram em todo o país. No mesmo município, foi realizada um eleição simulada para testar o novo sistema, o que recebeu total cobertura jornalística por parte da Assessoria de Imprensa. Além disso, o setor foi responsável pela coordenação de todos os trabalhos de divulgação envolvendo o cadastramento; pelo acompanhamento diário das notícias relacionadas com o TRESA veiculadas em jornais, rádios e TVs estaduais, verificando-se a repercussão das matérias elaboradas pela Assessoria e enviadas à imprensa. Ocupou-se da impressão do material selecionado e da entrega de uma cópia em diferentes unidades do Tribunal, assim como da disponibilização de toda a estrutura necessária aos jornalistas para a realização da cobertura e divulgação das Eleições 2008, na Central de Divulgação das Eleições, instalada no 9º andar do edifício-sede, possibilitando aos mais diversos veículos de comunicação do Estado acompanhar os principais acontecimentos durante as eleições e a divulgação dos resultados.

1.7.2.2 COMUNICAÇÃO SOCIAL

1.7.2.2.1 INFORMATIVO INTERNO enTRENós

Produção da newsletter enTRENós, informativo online quinzenal, contendo temas de interesse dos servidores da Justiça Eleitoral catarinense. Cursos, eventos, entrevistas, confraternizações, curiosidades e cultura foram abordados em 23 informativos, cada um deles com aproximadamente nove reportagens.

Houve muitas inovações neste ano. O formato foi repensado, com alterações que o deixaram mais profissional e jornalístico. O tamanho das fotos foi ampliado, e a área do texto ficou maior, além do uso de recursos multimídia para torná-lo mais rico. Arquivos de áudio, clips com fotos e links com textos complementando as reportagens tornaram o informativo mais dinâmico. Foram feitas enquetes relacionadas às matérias, buscando a participação ativa do servidor.

A inovação que causou maior impacto, no entanto, foi a realização de matérias em vídeo. São produzidas duas reportagens por edição, sempre com assuntos relacionados aos servidores, as quais podem ser visualizadas no próprio corpo do enTRENós. Ao todo, foram ao ar vinte e oito reportagens desse tipo, dando voz a muitos servidores, em temas bastante variados, tais como: trabalho de diversos setores que nem sempre têm visibilidade; lançamento de campanhas esclarecedoras, com a explicação de como funcionariam (campanha de reciclagem, padronização da sinalização); aspectos humanos dos colaboradores (grandes amigos no TRESA, aposentadoria de servidor, festa de fim de ano da ASTRESA, mesário voluntário cadeirante, histórias marcantes sobre as eleições narradas por servidores); entrevistas com autoridades (Presidente e Vice-Presidente); preparação das eleições (treinamento de mesários, de técnicos de urna, encontro de Chefes de Cartório).

Houve extensa cobertura da véspera e do dia da eleição, com nove diferentes reportagens. Duas equipes trabalharam para elaborar os vídeos: uma fez a cobertura dos

principais fatos ocorridos na Sede e outra, em cartórios eleitorais de diferentes cidades do Interior (São João Batista, Joinville, São Francisco do Sul, Porto União e Canoinhas). Dentre os assuntos abordados, pode-se citar: votação paralela, eleição biométrica, central 148 e suporte, central de totalização e divulgação na Sede, distribuição das urnas nos locais de votação, trabalhos pré-eleição em Joinville, apuração no cartório, entre outros. O acompanhamento da eleição nos cartórios deu grande visibilidade ao trabalho realizado pelos servidores do Interior, que concederam entrevistas e explicaram aspectos próprios da realidade de suas regiões.

O enTRENós consolidou, durante 2008, sua posição como um fator agregador dos servidores, que participaram dando dicas de reportagens, comentando matérias, dando entrevistas.

1.7.2.2.2 DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS INTERNAS DO TRESA

Elaboração dos textos e da arte gráfica para e-mail, cartaz para o elevador, banners e outros produtos, a fim de dar ampla divulgação sobre o lançamento, o andamento e a conclusão da Campanha do Agasalho, da Campanha Relâmpago para auxiliar as vítimas das chuvas em Santa Catarina e da Campanha de Natal, ou aludindo as festividades do Dia das Mães e do Dia dos Pais no âmbito do Tribunal.

1.7.2.2.3 COMUNICAÇÃO VISUAL

Criação e elaboração de peças gráficas para diversas unidades do Tribunal. Destacam-se: elaboração da identidade visual das Eleições 2008 no TRESA para padronizar a comunicação visual de todos os setores, com a produção de cartazes, banners, protetores de tela, agendas, blocos de anotações, sinalização, crachás, manuais e guias-rápidos, etc.; elaboração da identidade visual do cadastramento biométrico, com a produção de cartazes, banners, agenda, selo, capa do livro clipping, etiqueta dos CDs, sinalização e crachás; criação do logotipo e da identidade visual da Campanha Mesário Voluntário, também produzindo cartazes, folhetos, mensagens de e-mails, banner eletrônico, ícone de identificação no site do TRESA e camiseta, e criando a arte gráfica do material utilizado na diplomação, como convites, displays, identificadores de cadeiras, placas de mesa, imagem para telão, etc.

1.7.2.3 CERIMONIAL

A equipe responsável pelo cerimonial foi responsável pela: organização geral das solenidades de posse mencionadas no item 1.3 do relatório do Senhor Presidente; organização da cerimônia de diplomação dos candidatos eleitos no pleito municipal da Capital, realizada em 18.12.2008, no Centro de Eventos CentroSul, em Florianópolis; realização de campanhas internas do TRESA, quais sejam: Campanha do Agasalho 2008 – com a finalidade de arrecadar agasalhos no inverno (junho), tendo o projeto contado

com mensagens por computador e montagem de um posto de coleta temático. Foram arrecadadas 350 peças e entregues para a Paróquia Santo Antônio e ao Asilo Anjo Querido, de Biguaçu; Campanha de Natal – com a finalidade de angariar brinquedos e material escolar para crianças carentes (foram cerca de 300 itens arrecadados e entregues à Secretaria de Assistência Social de Florianópolis) e Campanha Relâmpago – sendo realizada em novembro a campanha de arrecadação de doativos para os atingidos pelas enchentes. Um total aproximado de 500 quilos de alimentos e mais material de higiene e limpeza foram angariados e repassados à Cruz Vermelha; elaboração de cartilha ilustrada sobre cerimonial e protocolo para orientar as solenidades realizadas pelas zonas eleitorais; confecção de agenda com os contatos e endereçamento dos cartórios eleitorais de Santa Catarina, para uso exclusivo da Polícia Federal durante o período eleitoral.

1.7.3 ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL

A Assistência da Escola Judiciária Eleitoral (EJESC) tem suas atribuições arroladas no art. 17 do Regulamento Interno da Estrutura Orgânica deste Tribunal (Resolução n. 7.545/2007), extraíndo-se, sinteticamente, do relato circunstanciado apresentado pela unidade, como principais atividades desenvolvidas durante a gestão que se encerra:

1.7.3.1 CICLO DE PALESTRAS SOBRE AS ELEIÇÕES 2008

Importante evento promovido pela EJESC, sob a direção do juiz Volnei Celso Tomazini, iniciado no dia 28 de fevereiro de 2008, teve continuidade em minha gestão até o seu término, ocorrido em 29 de maio do mesmo ano.

O Ciclo foi projetado, estruturado e organizado com o intuito de atender à universalidade dos servidores da Justiça Eleitoral, aos juízes e promotores eleitorais, alcançar os Tribunais Eleitorais de outros Estados e também o público externo interessado em matéria eleitoral, com a utilização de eficiente meio de comunicação: a internet. Para tanto, à transmissão do conhecimento – consistente nas palestras proferidas – foram agregadas as formas de participação presencial e à distância, com a possibilidade de interação desses públicos com o palestrante.

O evento teve por objetivo suprir a necessidade de atualização de conceitos, da legislação e dos aspectos práticos relacionados aos temas eleitorais, visando, principalmente, a realização das Eleições de 2008. O objetivo geral foi o de estimular os participantes ao estudo da matéria e realçar os temas relacionados ao funcionamento do processo eleitoral; por sua vez, o objetivo específico do evento visou ao desenvolvimento e à qualificação dos servidores e dos demais operadores do Direito Eleitoral.

Assim, em conjunto com o Tribunal, a EJESC buscou, dentro da sua realidade institucional, contribuir com o processo eleitoral, colaborando nos esforços de qualificação dos envolvidos e, por outro viés, constituir um meio de interação da Instituição com o público externo (advogados, integrantes de partidos políticos, servidores, assessores e estudantes).

O formato geral do evento foi bem aceito pelo público alvo, registrando-se a efetiva participação dos presentes e dos que acompanharam à distância (on line), com a dinamização das palestras e dos debates.

Além disso, a experiência com o uso dos meios tecnológicos (intranet e internet) mostrou-se promissora, servindo, inclusive, de modelo para outros tribunais interessados em propiciar aos seus Quadros formas de transmissão de eventos de cunho pedagógico, de maneira universalizada, com qualidade e eficiência e a custo reduzido.

Destaca-se, ainda, que a permanência dessas palestras na página eletrônica do Tribunal serve ao registro e à pesquisa pública, profissional e acadêmica, estando inseridas nos conteúdos dos gêneros mais acessados da videoteca.

É importante registrar – e agradecer – a participação dos palestrantes, todos atuando, sem qualquer ônus para a EJESC, como seus colaboradores eventuais.

1.7.3.2 ASSINATURA DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES COM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA (ALESC), TENDO COMO GESTORAS A EJESC E A ESCOLA DO LEGISLATIVO

No dia 21 de julho de 2008 foi firmado protocolo de intenções entre a ALESC E O TRESP com o objetivo geral de estabelecer a cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional, mediante a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum.

Tendo em vista esse convênio, foi realizada a primeira parceria entre as Escolas para a promoção de um ciclo de debates eleitorais, com eventos realizados no interior do Estado, que contaram com palestrantes do Quadro do Tribunal, indicados pela EJESC.

1.7.3.3 PARCERIA COM A ESCOLA DO LEGISLATIVO DE SANTA CATARINA - CICLO DE DEBATES SOBRE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2008

Com o objetivo de oportunizar o debate sobre a legislação eleitoral e esclarecer dúvidas quanto às normas e o calendário fixado pelo TSE para o pleito de 2008, a EJESC formou parceria com a Escola do Legislativo para a realização de onze etapas de debates, no período de abril a junho de 2008, eventos que foram realizados em Florianópolis e em diversas cidades do Interior do Estado, tendo como público-alvo agentes políticos, pré-candidatos, lideranças comunitárias, servidores, assessores de câmaras e prefeituras municipais, associações de municípios e cidadãos interessados.

A EJESC indicou os palestrantes dos referidos eventos, na sua maioria servidores deste Tribunal, todos dotados de conhecimentos práticos e teóricos sobre os temas abordados.

1.7.3.4 PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL

Na esfera de seus objetivos institucionais, a EJESC envidou esforços para a realização de curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Direito Eleitoral junto ao Pro Iuris – Instituto de Estudos e Preparação Jurídica, associado à Rede de Ensino Luis Flávio Gomes (LFG), com ação dirigida aos servidores, mediante descontos em mensalidade. Para o curso, que iniciou em março de 2008, vinte servidores solicitaram indicação à inscrição.

1.8 DESTAQUES NA ÁREA JUDICIÁRIA

1.8.1 ALTERAÇÃO DA FORMA DE INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS PELO TRESP

Desde 18 de março de 2008, as intimações dos procuradores que atuam em processos instaurados nas zonas eleitorais do Estado passaram a ser feitas pelo Diário da Justiça Eleitoral de Santa Catarina (DJESC).

A partir do dia 15.5.2008, após ampla divulgação, todas as intimações dos advogados regularmente constituídos em processos que tramitam neste Tribunal também passaram a ser feitas por meio de publicação no DJESC, e não mais por correspondência, consoante os termos do art. 236 e do parágrafo único do art. 237 do Código de Processo Civil c/c o art. 4º da Lei n. 11.419/2006, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.

1.8.2 MUDANÇA DAS CLASSES E SIGLAS PROCESSUAIS

O Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Resolução TSE n. 22.676, de 13 de dezembro de 2007, promoveu significativa mudança nas classes processuais da Justiça Eleitoral, assim como no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP). Para dar cumprimento à deliberação da Corte Superior, foi editada, em 23 de abril de 2008, a Resolução TRESA n. 7.678, que entrou em vigor a 28 de abril do mesmo ano, data a partir da qual se iniciou nova numeração de processos no TRESA, assim como a mudança dos dados inseridos na sua autuação, passando-se a utilizar linguagem controlada, possibilitando melhor recuperação de dados na elaboração de relatórios e estatísticas solicitadas .

1.8.3 DADOS ESTATÍSTICOS

Em decorrência da realização das eleições municipais – cujos reflexos nesta Corte se demonstraram atípicos e superaram todas as previsões -, houve importante incremento do número de processos que tramitaram em 2008 no Tribunal, verificando-se um aumento de quase cem por cento em relação a 2004, ano em que também foram realizadas eleições municipais.

Tal acréscimo no volume processual pode ser constatado em face das centenas de recursos interpostos e julgados pela Corte nesta última eleição, tendo sido registrados, autuados e distribuídos 1.961 processos e cumpridos 839 mandados, até o dia 15.12.2008 .

Para fins estatísticos, seguem alguns dados relativos ao exercício:

- Número de sessões judiciais: 133
- Número de sessões administrativas: 51
- Decisões publicadas: acórdãos: 1.391/ resoluções: 164
- Certidões de julgamento: 2.570
- Procedimentos e expedientes apreciados nas sessões administrativas: 448

1.8.4 GRAVAÇÃO E TRANSMISSÃO DAS SESSÕES DE JULGAMENTO

Foi contratada empresa especializada para a gravação e transmissão, ao vivo, das sessões plenárias para o Tribunal e para os cartórios eleitorais, assim como para o seu registro e armazenamento em DVD para a inclusão na Videoteca do Tribunal, no dia seguinte às sessões. Trata-se de serviço amplamente utilizado por todos os servidores direta ou indiretamente vinculados à sessão, beneficiando principalmente a área técnica e possibilitando aos cartórios eleitorais pronto conhecimento do resultado dos julgamentos.

Além disso os julgamentos dos processos são diariamente indexados, o que permite a sua localização imediata na Videoteca.

Além da transmissão ao vivo e da disponibilização permanente de áudio e vídeo das sessões na Videoteca já no dia seguinte é possível consultar a íntegra da ata da sessão, com atalhos para o inteiro teor dos julgamentos.

1.8.5 ATIVIDADES IMPORTANTES

Cabe destacar, ainda, mais algumas atividades de relevo nessa área:

- implementação do Informativo Jurisprudencial;
- elaboração e disponibilização na intranet/internet de coletânea de jurisprudência sobre propaganda eleitoral, dividida por temas;
- automatização do gerenciamento da numeração de portarias e de ordens de serviço;
- reformulação da página do TRESA no que concerne aos serviços de informações legislativas e jurisprudenciais;
- elaboração do CD-Rom 2008 – Legislação, Doutrina e Jurisprudência, com tiragem de 500 exemplares e distribuição ao TSE, TRES, juízes, promotores, diretórios regionais dos partidos políticos em SC, servidores do TRESA, bem como aos advogados que atuam em processos neste Tribunal;
- manutenção de parceria entre o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a Associação Catarinense do Ministério Público para a publicação do Manual Eleições 2008 – Legislação Consolidada. Referida publicação, editorada pela Corregedoria de Gestão de Informações, teve a tiragem de 1.600 exemplares. A novidade desta publicação, muito bem aceita pelos usuários, deu-se na forma de atualização de seu conteúdo, via intranet/internet.

1.8.6 INTEIRO TEOR DE ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES

O Sistema de Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções, por sua vez, continuou a figurar como um dos serviços mais consultados pelos usuários das páginas eletrônicas desta Corte, comprovando a utilidade do projeto de digitalização que vem sendo ampliado ao longo dos anos, o qual permite que o inteiro teor dos julgamentos seja rapidamente divulgado por meio da rede mundial de computadores. Tal ferramenta continua despertando, inclusive, o interesse de alguns tribunais eleitorais que têm visitado esta Casa, buscando conhecer maiores detalhes do sistema.

No tocante ao serviço de digitalização de acórdãos, resoluções e portarias da Presidência, da Vice-Presidência e da Direção-Geral, bem como de ordens de serviço, e em 2008 foram digitalizados e revisados:

- acórdãos: 1.361
- resoluções: 165
- portarias da Presidência: 377
- portarias da Vice-Presidência: 8
- portarias da Direção-Geral: 1.136

1.9 DESTAQUES NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

1.9.1 AGILIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Entre as realizações desta gestão, cabe destacar, no campo das contratações, a sensível melhora nos índices referentes aos procedimentos licitatórios.

O tempo médio de conclusão das licitações na modalidade Pregão, no exercício de 2008, considerando-se o período compreendido entre a formalização do procedimento e a data de julgamento do certame pelo pregoeiro, foi de 47 dias, sendo que a grande maioria (78,26%) foi concluída em menos de 60 dias.

Dos 118 procedimentos licitatórios formalizados em 2008, em todos houve empresas contratadas, aí incluídas as contratações realizadas com dispensa de licitação fundamentada no art. 24, V, da Lei n. 8.666/1993.

Registra-se, ademais, que 100% dos certames foram concluídos com sucesso, não havendo registro de licitações revogadas ou anuladas ou, ainda, com todos os itens desertos ou fracassados.

1.9.2 INFRA-ESTRUTURA IMOBILIÁRIA

A Justiça Eleitoral catarinense continua envidando esforços para ver dotadas de infra-estrutura imobiliária adequada suas zonas eleitorais que, na sua maioria, atualmente ocupam imóveis de terceiros, em geral espaços cedidos em Fóruns da Justiça Estadual, que os vem requisitando para utilização própria.

Nesta gestão foram elaborados os projetos e contratadas as execuções das seguintes obras:

Concórdia (9ª e 90ª ZEs): conclusão prevista para abril de 2009;

Curitibanos (11ª ZE): conclusão prevista para junho de 2009;

Gaspar (64ª ZE): conclusão prevista para junho de 2009.

Convém ressaltar que a contratação de empresa para prestar apoio na área de arquitetura permitiu que os projetos de reformas e construções de imóveis fossem elaborados com maior eficácia, porquanto conferiu autonomia e conseqüente agilidade ao TRESC, que deixou de ter que contratar empresa para elaborar os projetos de cada obra. Destaca-se que os projetos de reforma do imóvel de Gaspar e de construção do imóvel de Curitibanos já foram elaborados internamente. A relevância dessa nova fase fica mais evidente ao levar-se em conta que o Tribunal possui, atualmente, dez imóveis necessitando de projetos de reforma e dois terrenos aptos a receber edificações, com vistas a abrigar cartórios eleitorais.

Importante registrar ainda que nesta gestão foi concluída a obra no imóvel de Joinville, maior colégio eleitoral do Estado, culminando com a sua ocupação e na disponibilização de infra-estrutura própria para as quatro zonas eleitorais lá sediadas já nas Eleições 2008.

Ainda nessa seara, outro fator que merece destaque é o início, em novembro do corrente de 2008, da reforma do imóvel que abrigará os Cartórios da 9ª e 90ª Zonas Eleitorais, do município de Concórdia, cuja conclusão deverá ocorrer em abril de 2009.

Releva anotar que, na atual gestão, foram realizadas dezessete mudanças de sede, envolvendo vinte e duas zonas eleitorais. Para melhor ilustrar a dimensão do incremento da estrutura imobiliária da Justiça Eleitoral catarinense, vale lembrar que o Estado conta com 103 zonas e 82 sedes. Portanto, em termos percentuais, foram efetuadas, durante a atual gestão, mudanças em 21,4% das ZEs, ou 20,7% do total de sedes de ZEs.

Em função da transformação na infra-estrutura imobiliária acima referida, aliada às exigências do TSE, foi iniciado no mês de novembro de 2008 um minucioso levantamento in loco em todas as sedes de zonas eleitorais, o qual deverá ser concluído em fevereiro de 2009. Os dados colhidos nesse levantamento serão inseridos no sistema Gerenciamento de Imóveis (GERIM), e servirão de suporte de gestão, inclusive para formulação das propostas orçamentárias futuras.

Também foi encerrada a importante obra de reforma do edifício-anexo deste Tribunal, em vias de ocupação. Vale destacar que esse imóvel foi adquirido no ano de 2005 e agora cumprirá um relevante papel na melhoria das condições de trabalho do corpo funcional da Secretaria deste Tribunal, uma vez que a sua ocupação representará a liberação de considerável espaço no edifício-sede, permitindo uma acomodação das unidades. Nesse sentido, já estão sendo realizados estudos e levantamentos para, tão logo haja a ocupação do citado imóvel, a Administração do TRESC possa dar início à adequação do prédio-sede.

1.9.3 EXECUÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos orçamentários da conta do Orçamento Geral da União, para o exercício de 2008, suas suplementações, provisões e deduções, constituíram o montante de R\$ 119.450.945,68 (cento e dezenove milhões, quatrocentos e cinquenta mil, novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos). Por conta desses créditos, nesta gestão foram empenhadas e realizadas despesas no montante de R\$ 91.652.285,18 (noventa e um milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, duzentos e oitenta e cinco reais e dezoito centavos).

Foram recebidas, neste período, na ação orçamentária Pleitos Eleitorais, provisões, no valor de R\$ 10.666.729,00 (dez milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, setecentos e vinte e nove reais) destinadas a custear as Eleições de 2008. Deste valor, R\$ 4.769.666,00 (quatro milhões, setecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais), foram destinados ao pagamento de gratificações a Juízes eleitorais e serviços extraordinários executados pelos servidores deste Tribunal, durante o período eleitoral.

Os recursos financeiros colocados à disposição desta unidade para atender aos pagamentos das despesas programadas foram movimentados através da Conta Única do Tesouro Nacional, de acordo com a legislação vigente, resultando em 2.198 procedimentos de pagamento. As operações ocorridas foram as seguintes: ingressos = saldo do exercício anterior, sub-repasses recebidos; dispêndios = despesas realizadas e saldo existente na unidade gestora.

1.9.4 CRÉDITOS ADICIONAIS

Este Tribunal solicitou e recebeu suplementação orçamentária para pagamento de pessoal, no valor de R\$ 18.284.983,00 (dezoito milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, novecentos e oitenta e três reais), dos quais R\$ 14.472.913,00 (quatorze milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, novecentos e treze reais) foram destinados ao pagamento de Pessoal Ativo; R\$ 3.317.981,00 (três milhões, trezentos e dezessete mil, novecentos e oitenta e um reais) para o recolhimento de Obrigações Patronais decorrentes do pagamento de Pessoal Ativo e R\$ 494.089,00 (quatrocentos e noventa e quatro mil e oitenta e nove reais) para o pagamento de Pessoal Inativo e Pensionistas Civis. Os créditos adicionais foram necessários em virtude da implantação do Plano de Cargos e Salários do Poder Judiciário e da admissão de novos servidores.

Também foram recebidas suplementações orçamentárias nas ações de benefícios: auxílio pré-escolar = R\$ 26.044,00 (vinte e seis mil e quarenta e quatro reais) ? e assistência médica e odontológica = R\$ 497.580,00 (quatrocentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta reais).

1.10 DESTAQUES NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS

1.10.1 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (PDO)

A Administração Pública em geral vem fixando novas diretrizes de profissionalização e modernização da Gestão Pública, exigindo de seus servidores uma mudança de comportamento e a adoção de um novo modelo de gestão.

Para isso, tem incentivado o desenvolvimento de uma série de programas e projetos voltados para o aprimoramento profissional dos servidores, de forma a oferecer condições para que eles desenvolvam suas competências e habilidades, ampliando sua eficiência profissional e, em consequência, das organizações públicas.

Nesse contexto e alinhado à necessidade de atendimento ao disposto no art. 6º, inciso III, da Resolução TSE n. 22.572, de 16 de agosto de 2007, que determina a realização de, pelo menos, trinta horas de capacitação destinada à formação e ao desenvolvimento de gestores, a cada dois anos, surgiu a necessidade de desenvolver, no âmbito deste Tribunal, um programa de desenvolvimento organizacional.

A idéia é criar um programa de desenvolvimento diferente dos anteriormente realizados, não restringindo a participação apenas a um grupo de servidores. O objetivo é ter um processo que integre desenvolvimento interpessoal, desenvolvimento de equipes/times e desenvolvimento organizacional em todos os níveis institucionais, ou seja, as lideranças e as equipes, para que haja maior comprometimento na obtenção dos resultados a serem atingidos. É preciso que todos compartilhem o mesmo desejo de mudança, além de um certo tempo para que sejam cultivados os novos comportamentos dentro da organização.

Seguindo orientações oriundas do Tribunal Superior Eleitoral (Resolução TSE n. 22.572), alinhado com o planejamento estratégico e de acordo com o diagnóstico do clima organizacional, foi proposto e aprovado o Programa de Desenvolvimento Organizacional. Os temas sugeridos serão trabalhados em módulos, com início previsto para março de 2009 e término para maio de 2011. Serão abordados tanto os aspectos técnicos como os comportamentais, buscando o desenvolvimento de uma mentalidade de aprendizagem contínua, para que as atitudes, crenças e valores trabalhados no programa continuem a ser mantidos no ambiente de trabalho e no dia-a-dia do Tribunal.

1.10.2 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E ENSINO A DISTÂNCIA

Convém destacar, no tocante à capacitação de servidores, a adoção de nova diretriz, direcionando os esforços para a realização de cursos in company, racionalizando os reduzidos recursos disponibilizados e beneficiando maior contingente de colaboradores.

Foram ministradas 962 horas de treinamento com a participação de aproximadamente 1.400 servidores. Os cursos realizados fora da sede perfizeram 780 horas e contaram com a participação de 87 servidores. Quanto à modalidade de educação a distância, contamos com a participação de aproximadamente 1.100 interessados, e os cursos totalizaram 354 horas, cabendo frisar, nesta modalidade, que a maioria dos cursos foram produzidos neste Regional.

Ressalta-se, ainda, o investimento da atual gestão no desenvolvimento e capacitação dos servidores lotados nas zonas eleitorais, com ênfase na preparação para as Eleições 2008.

Com o objetivo de assessorar a área de gestão de pessoas desta Casa na escolha de um modelo de implantação do processo de capacitação utilizando a metodologia de educação a distância, foi contratada a empresa Desenvolvimento e Tecnologia Mentortec Ltda., que concluiu seu trabalho em julho/2008.

Assim, o processo de capacitação do corpo funcional foi otimizado com a utilização dessa metodologia, diretriz desta Casa referente ao processo eleitoral, tendo sido promovidos, nessa modalidade, oito cursos sobre temas eleitorais e um na área administrativa.

1.10.3 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Durante esta gestão foi realizado concurso público autorizado pela Resolução TRES n. 7.541/2007, de 2.7.2007, publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 9.7.2007, e deflagrado pelo Edital de Concurso Público n. 1, de 8 de agosto de 2008, para o provimento de quatorze vagas, sendo treze criadas pela Lei n. 11.202, de 29.11.2005, e uma por posse de servidor do quadro de pessoal deste Tribunal em outro cargo inacumulável, quais sejam: 1) Nível superior: uma vaga para o cargo de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Engenharia; e 2) Nível médio: treze vagas para o cargo de Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Programação de Sistemas.

Para a realização do referido certame, foi designada comissão de concurso público composta por servidores desta Casa.

Deflagrado processo licitatório para contratação da empresa que seria a realizadora do concurso público e levado a efeito pregão eletrônico, foi contratada a CONSULPLAN – Consultoria e Planejamento em Administração Pública de Muriaé LTDA. (Contrato n. 120/2008 das fls. 634 a 640). Em trabalho conjunto com a referida empresa, foi elaborado o edital de concurso público.

As inscrições permaneceram abertas de 20 de agosto a 3 de setembro de 2008. À vaga de Analista Judiciário – Especialidade Engenharia, acorreram 284 candida-

tos. Para as treze vagas de Técnico Judiciário – Especialidade Programação de Sistemas, inscreveram-se 2.028 candidatos. Dessas últimas vagas, uma foi reservada a portador de necessidades especiais.

As provas para ambos os cargos foram realizadas a 12 de outubro de 2008, sendo o resultado final - observadas pela CONSULPLAN todas as cláusulas do Contrato n. 120/2008, e obedecidas todas as determinações contidas no Edital do Concurso Público n. 1/2008 -, com todos os candidatos classificados, inclusive para a vaga reservada a portadores de necessidades especiais, encaminhado à Presidência com vistas à sua homologação pela Corte, por força do disposto no art. 19, III, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução TRES n. 7.357, de 17.12.2003).

O resultado final foi homologado na sessão administrativa de 24 de novembro de 2008, e os novos servidores empossados a 12 de janeiro do corrente ano.

1.11 DESTAQUES NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1.11.1 PROJETOS E SISTEMAS

Entre os inúmeros projetos e sistemas desenvolvidos por essa área, merecem realce:

- envio eletrônico de convocações de mesários, escrutinadores e demais colaboradores: novo recurso implementado permitiu que os chefes de cartório pudessem enviar diretamente aos Correios, via rede, as cartas de convocação. Nos Correios, cerca de 48.000 documentos foram impressos, dobrados, lacrados mecanicamente e posteriormente entregues em todo o Estado, poupando grande esforço nas zonas eleitorais.
- portal Eleições: Site destinado à publicação dos informes, roteiros e demais documentações referentes ao projeto Eleições 2008.
- campanha Mesário Voluntário: formulário eletrônico disponível na internet onde mais de 5.000 voluntários puderam se cadastrar para a função de mesário;
- sistema de rotas: acompanhamento da logística da distribuição e coleta de urnas;
- ocorrências da Central 148: controle estatístico dos atendimentos da Central 148;
- divulgação dos resultados das Eleições 2008: com o uso integral da internet e intranet como mídia de divulgação, pela primeira vez não foi necessária a distribuição de resultados em CD-ROM. O relatório com o resultado consolidado por bairro (por candidato) também foi um recurso inédito desenvolvido localmente, pois não é fornecido pelo TSE;

- informatização de unidades do TRES: além do desenvolvimento de soluções inéditas para as eleições em si, promoveu-se a atualização de diversos sistemas;
- frequência dos servidores: em substituição às folhas de ponto em papel, os superiores imediatos passaram a confirmar eletronicamente a frequência e o afastamento dos servidores, agilizando sobremaneira diversas rotinas da área de gestão de pessoas;
- implantação de controle e acompanhamento informatizado de atividades das zonas eleitorais, por meio do uso da ferramenta e-Groupware;
- serviço de consulta dos prazos de desincompatibilização: com recursos de hipertexto, o ambiente permite verificar inclusive o inteiro teor das resoluções correlatas;
- consulta ao organograma: exhibe os ocupantes de cargos nível CJ, inclusive com os eventuais substitutos;
- adoção nacional e novos recursos do Sistema Publijus – Diário da Justiça Eleitoral: com o pioneirismo da implantação do primeiro Diário da Justiça, surgiram demandas de outros Regionais (PB, MG, RS) para adoção do sistema (<http://www.tre-sc.jus.br/djesc>). O TRES repassou a tecnologia ao TSE, que o adotou como solução para toda a Justiça Eleitoral;
- gestão do conhecimento jurisprudencial: servidor desta Casa participou do XV Simpósio de Engenharia de Produção, UNESP – SP, onde foi apresentado o projeto de pesquisa, em nível de mestrado, denominado Gestão do Conhecimento Jurisprudencial Utilizando Ontologias e Text Mining. A boa repercussão do artigo despertou a atenção do TSE e áreas afins do TRES;
- automação de fluxos de trabalho: por meio do Sistema Breve mais formulários e documentos passaram a circular eletronicamente pelas unidades da sede e zonas eleitorais. Destacam-se os seguintes novos serviços: resenhas (palestras da EJESC) – os participantes encaminharam eletronicamente suas resenhas sobre os temas apresentados, com publicação automática na Intranet; numeração de atos normativos e ofícios – que agilizou a requisição de números para documentos oficiais e eliminou o controle manual (papel); solicitação de diárias para Sede e zonas eleitorais – substituiu dois processos administrativos que consumiam um grande volume de documentos em papel; solicitação de artes gráficas – padronizou o controle de solicitações de artes gráficas; envio e publicação de balancetes de partidos políticos – o serviço permitiu às ZEs o envio da documentação em meio digital, inclusive com publicação automática na internet; formulários operacionais para as Eleições 2008 – indicação de Junta Eleitoral, confirmação de recebimento de cadernos de votação, indicação de estabelecimentos/confirmação de recebimento/prestação de contas de vale-refeição, endereço de locais estratégicos, alteração emergencial de local de votação, identificação de Postos de Transmissão de Boletins de Urna, indicação de materiais elétricos/materiais em estoque nas zonas eleitorais e liberação da estrutura de transmissão da apuração.

1.11.2 TECNOLOGIAS MULTIMÍDIA E EAD

No tocante às sessões plenárias, transmitidas ao vivo pela intranet para a Sede do Tribunal e para os cartórios eleitorais, como já mencionado alhures, uma série de estudos foi desenvolvida para se definir o padrão de áudio e vídeo a ser adotado na transmissão, de forma a otimizar a transmissão com a rede de dados atualmente disponível.

Esse serviço encontra-se incorporado à rotina do Tribunal, devidamente regulamentado pela Resolução TRESO n. 7.650/2008 e garante ao público externo acesso ao material audiovisual produzido durante a filmagem das sessões plenárias. Só em 2008 foram transmitidas 128 sessões.

Há ainda previsão da veiculação, ao vivo pela internet, das sessões plenárias, com a posterior disponibilização dos julgados na Videoteca, de forma a atender aos usuários externos, sobretudo aos advogados e à imprensa especializada. Esse serviço encontra-se em estágio avançado de testes.

Com relação à educação a distância, modalidade de capacitação incipiente no âmbito deste Tribunal até início de 2008, na atual gestão buscou-se estruturar um ambiente virtual de aprendizagem, ferramenta na qual devem ser acessados os cursos oferecidos nessa modalidade. A título de registro, até novembro de 2008, 2.064 (duas mil e sessenta e quatro) ações de capacitação foram oferecidas em vinte treinamentos a distância, configurando uma média aproximada de 103 servidores capacitados por curso oferecido.

A Videoteca – em fase final de implantação – é um sistema de armazenamento e indexação de conteúdo audiovisual de interesse da Justiça Eleitoral, destacando-se, além da gravação das sessões já mencionadas, o programa Brasil Eleitor, material de treinamento dos sistemas de apoio às eleições, o fórum de Direito Eleitoral e as mesas redondas promovidas pela EJESC.

1.12 ELEIÇÕES 2008

O planejamento operacional das Eleições Municipais 2008 buscou contemplar todas as etapas desenvolvidas durante o processo eleitoral, para espelhar, o mais fielmente possível, a realidade dos procedimentos e do tempo despendido em sua consecução.

Após a consolidação final do relatório de planejamento, procedeu-se ao seu acompanhamento, por meio de atualizações semanais no programa de computador utilizado, o que possibilitou subsidiar o reconhecimento das ações praticadas, o gerenciamento das tarefas pendentes e a emissão de relatórios sobre as atividades concluídas, bem como quanto àquelas que estavam em andamento, às atrasadas e às futuras. As atualizações foram realizadas em consonância com as informações prestadas pelas diversas unidades da Secretaria deste Tribunal e pela CRESC, até a conclusão do projeto Eleições 2008.

Merece realce a importância de que se reveste o planejamento operacional das eleições, principalmente norteando os trabalhos das zonas eleitorais de Santa Catarina, pois a grande maioria dos chefes de cartório ainda não teve a oportunidade de vivenciar uma eleição municipal, considerada como a de maior grau de dificuldade e complexidade para os servidores lotados nas unidades cartorárias e, também, para os juízos eleitorais. Assim, eles tiveram ao seu alcance um instrumento de apoio valioso e puderam averiguar as etapas e a cronologia do planejamento na Intranet, verificando semanalmente que atividades deveriam realizar e quais poderiam ser antecipadas, com vistas à plena efetividade do processo eleitoral municipal de 2008.

Vale destacar algumas inovações propostas pela unidade responsável: a) redefinição da abrangência das gerências regionais para as eleições; b) delimitação de critérios com vistas à definição dos cartórios eleitorais que podem ou não totalizar as eleições em sua estrutura; c) mapeamento e criação de indicadores de qualidade e desempenho relacionados com as atividades relativas ao projeto Eleições 2008; d) implantação da nova versão do software Primavera (responsável pela sistematização dos dados das atividades de eleição).

A eficiência do planejamento efetuado pela área técnica desta Corte foi cabalmente demonstrada na execução do pleito, que transcorreu com absoluta tranquilidade e, pela segunda vez, o Estado de Santa Catarina concluiu as eleições com 100% de urnas eletrônicas, de modo que não se fez necessária a votação e a apuração manual.

Vale mencionar, a propósito, que, com apenas sete minutos de apuração, o primeiro prefeito a ser conhecido no Brasil foi o eleito no município de Ibiama, pertencente à Zona Eleitoral de Joaçaba.

1.13 RECADASTRAMENTO DE ELEITORES E ELEIÇÃO PELO SISTEMA BIOMÉTRICO EM SÃO JOÃO BATISTA

O Diário de Justiça da União publicou, no dia 7 de fevereiro de 2008, a Resolução 22.688, de 13.12.2007, do Tribunal Superior Eleitoral, que disciplinou os procedimentos para a atualização do cadastro eleitoral pelo sistema biométrico, nos Municípios de Fátima do Sul (MS), Colorado D'Oeste (RO) e São João Batista (SC).

O TSE optou por implementar o sistema em municípios com aproximadamente 15.000 eleitores que estivessem na iminência de passar por um processo de revisão de seu eleitorado, fossem sede de zona eleitoral, próximos à Capital de seu Estado e atendessem à variabilidade necessária de teste das impressões digitais.

Após verificar a existência desses requisitos, aquele Tribunal concluiu que os três municípios estavam aptos a servir de “pilotos” do projeto, sendo que a localização em regiões diferentes do país também foi considerada.

De 3 de março a 1º de abril de 2008, os referidos municípios passaram por revisão de seu eleitorado com a utilização do novo sistema.

As três cidades receberam equipamentos – computador portátil com máquina fotográfica digital, leitor biométrico, scanner e software – para cadastrar os eleitores mediante a coleta das impressões digitais dos dez dedos, com o apoio de vinte datiloscopistas do Instituto Nacional de Identificação da Polícia Federal (PF), e a obtenção da fotografia do eleitor, por meio de leitor ótico. Cada município contou com vinte equipamentos para o cadastramento.

Com o cadastramento biométrico – que representa mais um avanço –, o TSE pretende excluir a possibilidade de uma pessoa votar por outra, com vistas a preservar, acima de tudo, a vontade do eleitor.

O cadastramento biométrico em São João Batista encerrou-se às 19 horas – com a minha participação, bem como a do Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, desembargador Cláudio Barreto Dutra –, tendo comparecido, até o término dos trabalhos, no centro de eventos do município, 16.064 cidadãos para se cadastrar (revisão eleitoral, alistamentos e transferências). Houve um aumento do eleitorado em 1.945 eleitores, já que antes do cadastramento, eram 14.119 eleitores. O pico de atendimentos foi registrado no penúltimo dia (31 de março de 2008), quando 826 cidadãos se somaram aos aptos para votar. Foi em São João Batista que também se registrou a maior média diária de cadastramentos entre os três municípios do projeto piloto: 536 eleitores/dia, contra 458 registrados em Fátima do Sul e 404 em Colorado do Oeste.

Os títulos eleitorais não foram trocados nem foi expedido título com foto - que foi armazenada no cadastro eleitoral e constará na folha de votação da seção onde vota o eleitor, para servir de subsídio de identificação ao mesário, caso não seja possível identificar o votante de forma biométrica.

Seguindo diretriz estabelecida pela Corte Superior, foi realizada em 29 de maio de 2008, eleição simulada nesta Casa, da qual puderam participar servidores, terceirizados e estagiários que cadastraram suas fotos e impressões digitais no “kitBio” entre os dias 13 e 16 de maio de 2008. Na simulação, cada “eleitor” deveria apresentar seu título eleitoral ou documento com foto a fim de representar do modo mais fiel possível o funcionamento de uma seção com o sistema de identificação biométrico.

Posteriormente, de 19 a 20 de junho, ocorreu a simulação em São João Batista, a fim de consolidar o modelo de funcionamento da seção eleitoral. Na ocasião, os eleitores do município votaram em candidatos fictícios.

A experiência pioneira de cadastramento biométrico foi um sucesso. Em todos os sentidos, posso afirmar que o trabalho transcorreu além da nossa expectativa e só temos elogios para o comportamento dos eleitores de São João Batista, que compareceram em peso desde os primeiros dias.

Para a eleição municipal de 2008, o Município de São João Batista utilizou a mesma urna eletrônica de antes, mas com um aparelho que coleta a impressão digital acoplado. Tanto no município catarinense, quanto nos dois outros, o projeto-piloto está sendo utilizado para que o TSE avalie quanto será preciso investir em equipamentos e pessoal para que a urna biométrica se estenda para todo o Brasil.

Da mesma forma que o cadastramento, a experiência da eleição com a urna biométrica em São João Batista superou as expectativas, sendo que aquele município foi o primeiro do Brasil a terminar a apuração e conhecer o prefeito eleito por esse sistema inédito de identificação digital do eleitor na eleição eletrônica. Desde o início da votação, a eleição ocorreu tranqüilamente. Nenhuma urna precisou ser substituída.

A expectativa é de que em dez anos todas as unidades da Federação tenham urnas com leitores biométricos. Esse prazo se deve ao fato de que em ano eleitoral só se pode fazer cadastramento até o mês de maio, o que inviabiliza que o processo ocorra de forma mais rápida, pois há apenas um intervalo de doze meses entre uma eleição e outra.

Além disso, o processo depende de previsão orçamentária pelo Poder Executivo. A estimativa é de que sejam gastos duzentos milhões de reais no cadastramento de eleitores pelo sistema biométrico ao longo desse período.

1.14 REGISTROS, EM ATA, DE OUTROS ATOS E OCORRÊNCIAS

1.14.1 SESSÕES JUDICIAIS

Em 2 de abril de 2008, após dar ciência à Corte do encerramento, na noite anterior, dos trabalhos de recadastramento dos eleitores de São João Batista pelas urnas biométricas, determinei fossem registradas palavras de elogios nos assentamentos funcionais dos servidores deste Tribunal que executaram o referido trabalho, assim como solicitei permissão para encaminhar comunicação ao Diretor-Geral da Polícia Federal externando o mesmo reconhecimento, a fim de que constasse nos respectivos registros funcionais dos servidores federais que auxiliaram nos trabalhos.

Na sessão do dia 12 de maio de 2008, o Juiz Odson Cardoso Filho apresentou, em nome da Corte, trabalho por ele elaborado referente ao transcurso do bicentenário de instalação do primeiro Tribunal de Justiça no Brasil – a Casa de Suplicação, por D. João VI –, comemorado no dia 10 de maio. Na mesma ocasião, determinei ao setor competente desta Casa que procedesse ao devido registro em ata, à sua publicação na Resenha Eleitoral e à posterior remessa de cópias ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado, com o que todos os integrantes do Pleno concordaram.

Em 20 de maio de 2008, o Juiz Jorge Antonio Maurique, dirigindo a palavra ao novo Diretor da Escola Judiciária Eleitoral (EJESC), Juiz Volnei Celso Tomazini, no que foi acompanhado por esta Presidência, elogiou o trabalho desenvolvido pela Escola, em conjunto com o Tribunal de Contas e a Assembléia Legislativa do Estado, quanto aos esclarecimentos prestados, na mídia, aos diretamente interessados, que são a população e os políticos em geral – a respeito das eleições.

Em 28 de maio de 2008, tendo em vista manifestação desta Presidência, em que externei minha preocupação quanto ao efetivo cumprimento das decisões desta Corte nas ações que versaram sobre a decretação de perda de mandatos eletivos, o Tribunal, acolhendo sugestão da Juíza Eliana Paggiarin Marinho, deliberou que fosse acrescentada, nos ofícios a serem encaminhados à Câmara de Vereadores dos respectivos municípios, a necessidade de comprovação do cumprimento da decisão nas 48 horas seguintes, resultando para o próprio Tribunal o controle dos casos em que tenha havido descumprimento, para as providências cabíveis.

Na sessão do dia 23 de junho de 2008, apresentei breve relato acerca da participação no Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, realizado nos dias 18 a 20 do mesmo mês, no Rio de Janeiro, oportunidade em que, em nome da Corte, externei minha preocupação quanto ao tema tratado pelo Tribunal Superior Eleitoral e que versava sobre a elegibilidade de candidatos com pendências judiciais e a respectiva veiculação de informações sobre a sua vida pregressa.

Na sessão dia 2 de julho de 2008, foi proposta à Corte a remessa de ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Desembargador Francisco Oliveira Filho, agradecendo a referência feita à Justiça Eleitoral de Santa Catarina, quando de seu discurso sobre o histórico do Poder Judiciário do Estado, na data anterior, ao receber o título de Cidadão Catarinense na Assembléia Legislativa do Estado. O Tribunal, à unanimidade, aprovou a proposição.

Em 14 de julho de 2008, acolhendo sugestão do Juiz Márcio Luiz Fogaça Vicari, deliberou-se que deveria ser divulgado pela Assessoria de Imprensa da Casa o entendimento firmado pela Corte, em julgamentos anteriores, de que consultas formuladas após o início do período eleitoral não serão conhecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Na data de 21 de julho de 2008, registrei a presença, em sessão, do Deputado Estadual Romildo Titon, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Em 30 de julho de 2008, foi registrada manifestação elogiosa pelo trabalho desenvolvido na elaboração do Informativo Jurisprudencial deste Tribunal, lançado no último dia 28, em mensagem encaminhada, por e-mail, pelo advogado Armando Nunes da Silva (OAB/PR 28.854).

Em 4 de agosto de 2008, cumprimentei o Juiz Márcio Luiz Fogaça Vicari pela brilhante palestra proferida no lançamento da obra de Direito Eleitoral de autoria do magistrado Romano José Enzweiler (realizado no dia 1º.8.2008 na cidade de São Bento do Sul, onde estivera juntamente com o Juiz Odson Cardoso Filho) e agradei as referências elogiosas atinentes a este Tribunal.

Em 13 de agosto de 2008, a Corte foi cientificada de que — em razão de projeto de lei encaminhado à Assembléia Legislativa, pelo Tribunal de Justiça do Estado, para cessão a este Tribunal de prédio do Fórum de Guaramirim — seria efetuada a devolução à União do valor que fora orçado pelo TRESA para a compra do referido imóvel.

Na mesma sessão, informei à Corte que recebera, na data anterior, comunicação subscrita pelo Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo Tribunal Federal, dando ciência de que tem efeito vinculante decisão daquela Corte que entendeu como elegíveis aqueles que não tiveram sentença com trânsito em julgado.

Em 21 de agosto de 2008, após informar aos Senhores Juízes e ao Senhor Procurador Regional Eleitoral que o Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em sessão realizada no dia anterior, por votação unânime, autorizara o Presidente daquele órgão a fazer a cessão gratuita do prédio do Fórum de Guaramirim para a Justiça Eleitoral, foi sugerido à Corte o encaminhamento de ofício agradecendo o ato praticado. O Tribunal, à unanimidade, aprovou a proposição.

Na sessão do dia 4 de setembro de 2008, fiz referência à campanha “Voto não tem preço, tem consequência” do Ministério Público Eleitoral que, por meio da distribuição de folders, objetivava esclarecer ao eleitor os tipos de crimes e a atuação daquele órgão para uma eleição justa e transparente.

Na sessão do dia 9 de setembro de 2008, convidei os Senhores Juízes e o Senhor Procurador Regional Eleitoral a participar de reunião, por meio de videoconferência, com os juízes eleitorais do Estado, realizada às 13 horas do dia 16 de setembro, na sala de sessões deste Tribunal.

Na data de 2 de outubro de 2008, o Juiz Jorge Antonio Maurique agradeceu os cumprimentos da Corte pela homenagem da comenda da ordem de mérito que havia recebido, no dia anterior, no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Na sessão do dia 22 de outubro de 2008, levei ao conhecimento da Corte o recebimento do Ofício Votação Paralela n. 17/2008, de 20.10.2008, subscrito pelo Presidente da Votação Paralela, Juiz Hélio do Valle Pereira, convidando os integrantes da Corte para a cerimônia de sorteio das seções eleitorais – cujas urnas eletrônicas serão objeto de auditoria através de “Votação Paralela” no 2º turno –, a realizar-se às 9 horas do próximo dia 25 de outubro, na Sala de Sessões deste Tribunal.

Em 24 de outubro de 2008, após proclamar os resultados do segundo turno das Eleições 2008, registrando que a totalização dos votos ocorreu às 18h51min, em Florianópolis, e às 18h59min em Joinville, anunciei que os trabalhos transcorreram em perfeita ordem e, em seguida, com palavras de elogio pelo inequívoco exemplo de eficiência, dedicação e competência, cumprimentei – em nome dos integrantes da Corte – os servidores da Casa.

Em 29 de outubro de 2008, após comunicar o falecimento do Senhor Márcio Luiz Guimarães Collaço, servidor aposentado deste Tribunal, que atuou como seu Diretor-Geral por 27 anos, propus ao Pleno – o que foi aprovado à unanimidade, inclusive com a adesão do Ministério Público Eleitoral – fosse consignado em ata voto de pesar a ser devidamente transmitido à família enlutada.

Em 26 de novembro de 2008, dei conhecimento aos integrantes do Pleno acerca da posse do Juiz Márcio Luiz Fogaça Vicari como Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, realizada nesta data, parabenizando-o em nome da Corte.

1.14.2 SESSÕES ADMINISTRATIVAS

Em 8 de abril de 2008, cientifiquei a Corte acerca do recebimento do Ofício n. 78/08-CM/GP do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, encaminhando cópia da certidão da sessão que decidiu suspender o trânsito dos magistrados de primeiro grau no período de 5 de julho a 4 de dezembro e, havendo segundo turno, até 18 de dezembro de 2008.

Na mesma ocasião dei ciência do recebimento do Ofício PR/SC/GA-BPC/207/08, da Procuradoria da República em Santa Catarina, comunicando a designação dos Procuradores Claudio Dutra Fontella e André Stefani Bertuol para exercerem as funções de Procurador Regional Eleitoral e Procurador Regional Eleitoral Substituto, respectivamente, no Estado de Santa Catarina, a partir de 31 de março de 2008.

Em 19 de maio de 2008, foi levado ao conhecimento da Corte o Ofício-Circular n. 2.655, de 8.5.2008, da Direção-Geral do Tribunal Superior Eleitoral, que encaminhou decisão do Conselho Nacional de Justiça sobre os limites do exercício da advocacia pelos magistrados de Tribunais Eleitorais que ocupam vagas reservadas à classe de advogados.

Na sessão de 9 de junho de 2008, propus à Corte que fosse registrada em ata manifestação de regozijo pelo transcurso, no último dia 7 de junho, da data comemorativa dos 63 anos de existência deste Tribunal.

Na data de 28 de julho de 2008, cumprimentei os responsáveis pela edição do CD-ROM Legislação, Doutrina e Jurisprudência – 2008, elaborado pela Coordenadoria de

Gestão da Informação da Secretaria Judiciária deste Tribunal, lançado na data e, na ocasião, distribuído aos integrantes do Pleno.

Na mesma ocasião foram distribuídos aos integrantes da Corte cópias do Informativo Jurisprudencial deste Tribunal, editado por sugestão do Juiz Márcio Luiz Fogaça Vicari, que, na oportunidade, cumprimentou a Secretaria Judiciária e a de Tecnologia da Informação da Casa pela elaboração do informativo, que contribuirá de forma objetiva para a divulgação da jurisprudência deste Tribunal.

Em 22 de setembro de 2008, comuniquei à Corte que havia expedido as determinações necessárias aos respectivos juízes das zonas eleitorais do Estado, a fim de sanar, até a data da eleição, as deficiências referentes às informações de determinados municípios de Santa Catarina que se encontram em desacordo com aquelas registradas pelos sistema de computação do Tribunal Superior Eleitoral, conforme comunicação remetida à Presidência deste Tribunal, subscrita pelo Coordenador de Sistemas Eleitorais do TSE, Senhor José de Melo Cruz.

A 29 de setembro de 2008, foi levado ao conhecimento da Corte o Ofício-Circular n. 5.838/GP, datado de 23.9.2008, e subscrito pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Ayres Britto, instruindo quanto à tomada das medidas preventivas e corretivas que se mostrarem necessárias no dia das eleições e conclamando este Tribunal Regional Eleitoral e, de forma extensiva, todos os juízes eleitorais, membros do Ministério Público, mesários, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e fiscais de Partido Político para, com a máxima vigilância, nas seções eleitorais, asseguraram a indevassabilidade das cabines de votação e o livre exercício do voto, sem qualquer pressão ou intimidação, de forma que o eleitor-cidadão tenha paz e tranqüilidade no ato de votar e sua vontade soberana seja a verdade eleitoral que sair nas urnas. Na ocasião, sugeri à Corte a remessa de cópias do respectivo ofício aos juízes eleitorais do Estado, com o que todos os Senhores Juízes concordaram.

Na sessão do dia 29 de outubro de 2008, após registrar a integral dedicação e o inteiro sucesso da atuação do Juiz Hélio do Valle Pereira como Presidente da Votação Paralela, no 1º e no 2º turno das Eleições de 2008, consultei os integrantes da Corte se concordavam com o envio de ofício à Corregedoria-Geral de Justiça propondo o registro de elogios nos assentamentos funcionais do Juiz. O Tribunal, à unanimidade, aprovou a proposição.

Na data de 18 de novembro de 2008, esta Presidência deu ciência à Corte do recebimento de expediente alusivo à renúncia do Juiz Volnei Celso Tomazini das funções de julgador e concomitantemente da direção da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina (EJESC). Em vista disso, foi convocada sessão administrativa extraordinária, realizada no dia 20 de novembro, para a apreciação desse requerimento, formulando-se consulta a todos os membros da Corte, titulares e substitutos, acerca do interesse em assumir a direção da Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina.

Em 20 de novembro de 2008, o Tribunal, à unanimidade, elegeu o Juiz Márcio Luiz Fogaça Vicari como Diretor da Escola Judiciária Eleitoral até o final da gestão desta Presidência.

Na data de 3 de dezembro de 2008, foi apreciado pela Corte o Procedimento Administrativo SGP n. 680/2008, que versava sobre requerimento, formulado pelo Juízo da 15ª Zona Eleitoral (Indaial), acerca da possibilidade de desvincular a diplomação dos eleitos do julgamento das respectivas prestações de contas. Na mesma ocasião foi submetido a exame o Procedimento Administrativo SGP n. 681/2008, oriundo do Juízo da 32ª Zona Eleitoral (Timbó), relatando dificuldades para cumprir os prazos referentes aos processos de prestação de contas de campanha. O Tribunal, à unanimidade, ao analisar os prefalados procedimentos decidiu que a suspensão dos prazos judiciais de que trata a Portaria P n. 371/2008 se encerrará no dia 5 de dezembro de 2008, data a partir da qual cada juiz eleitoral deverá adotar as medidas que julgar necessárias.

Em 4 de dezembro de 2008, dei ciência à Corte do inteiro teor da Mensagem-Circular n. 34/SEDIV-COARE-SJD/2008, do Secretário das Sessões do TSE, que recomenda sejam os juízes eleitorais de Santa Catarina orientados a realizar a diplomação dos eleitos somente após a conclusão do julgamento da Consulta n. 1.657 e de ter encaminhado cópia da referida mensagem aos cartórios eleitorais.

Ato contínuo, submeti à deliberação da Corte o teor do Ofício-Circular n. 7.087/GR, do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Ayres Britto, que solicitava o envio a todos os mesários de mensagem de agradecimento pelo serviço prestado no último pleito. O Tribunal, à unanimidade, autorizou a publicação da mensagem no jornal A Notícia.

1.15 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS OFICIAIS

Compareci:

- no período de 9 a 12 de junho de 2008, ao Encontro de Chefes de Cartório, nesta Capital;
- no período de 18 a 20 de junho de 2008, ao XLI Encontro do Colégio de Presidentes, no Rio de Janeiro (RJ);
- em 29 de junho de 2008, à eleição simulada com urnas biométricas, ocorrida na cidade de São João Batista (SC);
- em 30 de junho de 2008, à transmissão dos cargos de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e de Governador do Estado, realizada naquele Tribunal;
- em 1º de julho de 2008, à solenidade de entrega de título de cidadão honorário, reali-

zada na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, onde fui agraciado com o mencionado título;

- em 16 de julho de 2008, à solenidade de posse do Dr. Jorge Luiz Borba no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;
- em 3 de setembro de 2008, à abertura da Plenária do Encontro de Chefes de Cartório II, nesta Capital;
- em 4 de setembro de 2008, ao lançamento da campanha Eleições Limpas – pelo voto livre e consciente, realizado na Associação dos Magistrados Catarinenses;
- em 11 e 12 de setembro de 2008, ao XLII Encontro do Colégio de Presidentes, em São Luís (MA);
- em 1º de outubro de 2008, à solenidade de agradecimento com a comenda da Ordem do Mérito Judiciário de Santa Catarina, realizada no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sendo homenageados o Dr. Jorge Antonio Maurique, a Subprocuradora-Geral da República, Dra. Ana Maria Guerreiro Guimarães, entre outros;
- em 1º de outubro de 2008, ao lançamento do selo e do carimbo dos Correios em comemoração aos 117 anos do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;
- em 7 de novembro de 2008, à solenidade de posse dos juízes de direito de 2º grau, Rejane Andersen e Victor José Sebem Ferreira, realizada no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;
- em 12 de novembro de 2008, à abertura do XXIV Fórum Nacional dos Juizados Especiais (FONAJE), realizado no Centrosul nesta capital;
- em 20 de novembro de 2008, à reunião realizada no Tribunal Superior Eleitoral;
- em 4 de dezembro de 2008, à sessão solene comemorativa aos 8 anos da Escola do Legislativo, levada a efeito na Assembléia do Estado de Santa Catarina, durante a qual fui homenageado juntamente com o Dr. Volnei Celso Tomazini.

1.16 AGRADECIMENTOS

Imprescindível, no momento em que deixo este relevante cargo, consignar os meus agradecimentos aos juízes efetivos e substitutos deste Tribunal; aos juízes eleitorais de todo o Estado, e à Procuradoria Regional Eleitoral, extensivos aos promotores eleitorais.

Não menos merecedores são os servidores da Justiça Eleitoral de Santa Catarina – de reconhecida competência, operosidade e espírito público –, tanto os da Secretaria do Tribunal, quanto os das zonas eleitorais, por terem me prestado o apoio necessário no mister de bem administrar o Tribunal.

À mídia – escrita, falada e televisionada – sou grato pelo essencial e bem realizado trabalho de informar e esclarecer o eleitor.

Agradeço também aos dirigentes partidários e aos advogados que atuam nesta Casa, pelo respeito demonstrado à Justiça Eleitoral.

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
DA CORREGEDORIA

EXERCÍCIO 2008**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO 2008

1. INTRODUÇÃO

No exercício 2008 atuaram neste Órgão o Desembargador João Eduardo de Souza Varella e a partir de 26 de março de 2008, o atual Titular.

O ponto marcante foi a execução das atividades voltadas para as Eleições Municipais de 2008, a seguir detalhadas.

Além disso, nesta exposição serão indicados os principais trabalhos executados e projetos implementados, referindo-se ainda aos previstos para o ano de 2009, às estatísticas processuais, dentre outros aspectos considerados relevantes.

2. ESTUDOS, MANIFESTAÇÕES E PROVIMENTOS

Para subsidiar decisões administrativas e judiciais no âmbito da Corregedoria e da Administração do Tribunal, foram elaborados estudos, minutas e informações em assuntos relativos a postos de atendimentos (17) revisão do eleitorado (8); divisas intermunicipais (3); apuração de responsabilidade de servidor requisitado (1); pagamento de honorários aos defensores dativos (1); lei seca (2); uso indevido de urnas eletrônicas (1);

distribuição de competências jurisdicionais e administrativas (2), participação de município do sistema biométrico (1); utilização de ônibus para atendimento itinerante (1); e publicação de atos no DJESC (1).

Além disso, foram promovidos estudos relativos a transporte de eleitores em zona rural; orientações para a central de atendimento ao público “148”; nomeação de juízes estaduais como colaboradores aos juízes eleitorais no dia do pleito; credenciamento de fiscais; direito de resposta; proclamação dos eleitos; retotalização, e aplicação da Resolução CNJ n. 30/2007

Foram editados seis provimentos que trataram da publicação de atos das zonas eleitorais no Diário da Justiça Eleitoral; do encaminhamento das portarias que os juízes expedem; disciplinamento das classes e as siglas dos registros processuais no âmbito das zonas eleitorais; do exercício do poder de polícia na propaganda eleitoral nas eleições municipais 2008; alteração do parágrafo único do art. 1º e o art. 2º do Provimento CRESC n. 2/2007, e do exercício do poder de polícia na semana que antecede as eleições.

3. COORDENADORIA DE ATIVIDADES JUDICIÁRIAS E CORRECIONAIS

ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS INSTAURADOS NAS ZONAS ELEITORAIS

A Seção de Procedimentos Judiciários acompanhou mensalmente as ações instauradas na Justiça Eleitoral de 1º Grau, encaminhando 372 (trezentos e setenta e duas) orientações para adequação do trâmite.

SISTEMA DE REGISTRO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS E BENEFÍCIOS DA LEI N. 9.099/1995

Em 2008, foram registradas setenta e nove ocorrências da Lei n. 9.099/1995, dez antecedentes criminais e emitidas 7.596 (sete mil quinhentos e noventa e seis) certidões no Sistema de Antecedentes Criminais e Benefícios da Lei n. 9.099/1995.

ELABORAÇÃO DE APOSTILAS DE FLUXOS PROCESSUAIS E MODELOS

A fim de auxiliar o trabalho dos cartórios eleitorais foram elaboradas pela Seção de Procedimentos Judiciários apostilas com fluxos processuais relativos aos procedimentos de registro de pesquisa, representação, investigação judicial eleitoral, direito de resposta, recurso contra a expedição de diploma e Impugnação de mandato eletivo.

Com a criação da página da Corregedoria na intranet foi possível disponibilizar modelos de mandados, ofícios, alvarás, editais, certidões, termos, etc.

ORIENTAÇÕES DE PRÁTICA CARTORÁRIA – ELEIÇÕES 2008

As orientações desta Corregedoria em relação aos trâmites processuais das ações eleitorais foi feito por meio fórum de discussão, no qual foram registradas quarenta e uma perguntas, cujas respostas foram exibidas 2.426 (dois mil quatrocentas e vinte e seis) vezes. Ressalte-se que a imposição de celeridade aos feitos eleitorais provocou a adoção do contato telefônico com principal meio de consulta dos cartórios para esta Coordenadoria, cujo volume não pode ser dimensionado.

PROPAGANDA ELEITORAL – PODER DE POLÍCIA E HORÁRIO ELEITORAL

Em relação ao poder de polícia na propaganda eleitoral, expediu-se 155 (cento e cinqüenta e cinco) mensagens eletrônicas aos cartórios eleitorais, postando-se 149 (cento e quarenta e nove) respostas no fórum de discussão específico, com 8.632 (oito mil seiscentos e trinta e duas) exibições, além de aproximadamente 400 (quatrocentas) mensagens como retorno a consultas do público externo.

Coube à Seção de Inspeção e Correição orientar sobre questões procedimentais ligadas ao horário eleitoral gratuito, elaborando-se roteiro pormenorizado para as reuniões para homologação do plano de mídia, em virtude de ser tarefa complexa e nova para os servidores dos cartórios. Esse trabalho foi executado em conjunto com a Seção de Partidos e Seção de Procedimentos Especiais Eleitorais/CRIP, responsável pela instrução sobre o uso específico do Sistema.

INSPEÇÕES E CORREIÇÕES

Por se tratar de ano eleitoral, as atividades de correição ordinária in loco restringiram-se ao período posterior ao 2º turno eleitoral, nos serviços dos Cartórios da 9ª, 36ª, 77ª, 78ª e 90ª Zonas Eleitorais. Outros roteiros que estavam agendados para este exercício foram suspensos em razão do estado de emergência e calamidade pública decretado em Santa Catarina por conta das intempéries.

Neste ano promoveu-se a análise dos relatórios das correições ordinárias providas pelos juízes relativamente ao ano de 2007, implantando-se ainda a versão final do Sistema de Inspeções e Correições Eleitorais – SICEL para execução dos trabalhos neste exercício.

PROJETOS COM IMPLEMENTAÇÃO PREVISTA PARA 2009

- Revisão do Sistema da Base de Antecedentes Criminais eleitorais e Lei n. 9.099/1995.
- Revisão do Manual de Prática Cartorária.

ATIVIDADE PROCESSUAL

Relativamente aos processos judiciais e administrativos de competência deste Órgão, registram-se os dados que seguem:

ESPÉCIE	AUTUADOS	JULGADOS
1. Correição	7	1
2. Duplicidade	19	19
3. Posto de Atendimento	1	1
4. Procedimento Preliminar Investigatório	1	1
5. Reclamação	2	1
6. Representação	3	0
7. Retificação de Complemento FASE	93	88
8. Revisão de Eleitorado	4	4
9. Outros	1	1
TOTAIS	131	116

Atualmente tramitam quinze processos e procedimentos.

4. COORDENADORIA DE SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO DO CADASTRO ELEITORAL

ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CADASTRO DE ELEITORES

No âmbito da Seção de Supervisão e Orientação às Zonas Eleitorais foram transmitidas instruções e acompanhados os procedimentos relativos ao Cadastro Eleitoral e Sistema de Filiação Partidária, expedindo-se vinte e oito mensagens-circulares com orientações e aproximadamente 1.730 (hum mil setecentos e trinta) e-mails em resposta às dúvidas postadas pelo público externo no serviço webmaster da página deste Tribunal.

Registra-se a adoção de um conjunto de medidas para a implantação do Programa de Qualidade das Bases de Dados – Cadastro Eleitoral, Sistema de Filiação Partidária e Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos –, com o escopo de implementar mecanismos de controle e aperfeiçoamento das operações de inserção, alteração e retificação de dados, visando à correção, à integralidade e à atualidade dos dados de eleitores e filiados.

No primeiro semestre do ano em curso foi implantado o Sistema Egroupware – Gerenciamento de Tarefas para as Zonas Eleitorais que tem por finalidade o encaminhamento eletrônico de documentos e à automação de ritos, fluxos e procedimentos no âmbito da Corregedoria e dos cartórios eleitorais.

Cabe destacar ainda, parceria firmada entre a Corregedoria e a Secretaria de Segurança Pública do Estado, para a adoção de procedimentos de justificativa das ausências de presos provisórios, no primeiro e segundo turnos das eleições de 2008, permitindo que constem em situação regular no Cadastro Eleitoral. Tal iniciativa decorreu da impossibilidade técnica de viabilizar o exercício do voto aos eleitores provisoriamente encarcerados.

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Para orientação e fiscalização dos procedimentos inerentes à filiação partidária foram elaboradas instruções na forma de fluxogramas de trabalho, manuais e modelos de atos cartorários.

Foram expedidas aproximadamente 202 (duzentas e duas) mensagens eletrônicas às zonas eleitorais e vinte e cinco mensagens-circulares com instruções específicas, além do atendimento por meio telefônico.

Em vista do crescente aumento dos procedimentos de dupla filiação partidária e a dificuldade relatada pelos juízes eleitorais para a conclusão de tais procedimentos foi editado o Provimento CRESC n. 5/2008, que alterou o Provimento CRESC n. 2/2007 com o objetivo de dar celeridade e uniformidade ao tratamento das duplicidades.

CONTROLE E ANOTAÇÃO DE ÓBITOS, PERDA E SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS

Foram registradas na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos 3.329 (três mil e trezentos e vinte e nove) inserções e 331 (trezentos e trinta e uma) inativações.

Para melhor desempenho das atividades foram celebradas parcerias com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, Corregedoria Geral de Justiça, Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina e o Instituto Geral de Perícias – IGP/SSP-SC, também tem auxiliado no registro dos restabelecimentos quando solicitada.

Estão em curso tratativas para estabelecer a troca de dados entre este Tribunal e Justiça Estadual, Justiça Federal, cartórios de registro civil, órgãos militares e Secretaria de Estado da Segurança Pública, visando à celeridade, qualidade e segurança das informações inseridas nos bancos de dados da Justiça Eleitoral.

Iniciou-se, em caráter definitivo em todo o Estado, a utilização do Sistema Corporativo BREVE para comunicação eletrônica de suspensões e restabelecimentos de direitos políticos oriundos dos cartórios.

A partir do advento do Provimento CGE n. 3/2007 a referida Seção passou a atuar e promover as retificações de complemento dos códigos FASE 043, 337, 370 e 540. No presente ano foram retificados 251 (duzentos e cinquenta e um) registros.

Por fim, cabe ressaltar o serviço de digitalização dos documentos físicos arquivados na Unidade, possibilitando o melhor gerenciamento dos registros efetuados na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos.

FORNECIMENTO DE DADOS DO CADASTRO ELEITORAL

No atendimento às solicitações de dados pessoais de eleitores registrou-se aproximadamente 2.015 (duas mil e quinze) respostas expedidas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante registrar, no ano de 2008, o empenho empregado nos estudos para simplificação de procedimentos, em especial, os relativos à filiação partidária e a elaboração de fluxos e a padronização de ritos e procedimentos com o intuito de garantir a prestação jurisdicional efetiva e eficiente pelos cartórios eleitorais.

Para o ano 2009, pretende-se implementar projetos que não puderam ser concretizados neste ano, principalmente os que trarão celeridade ao trabalho, tais como o intercâmbio eletrônico de informações entre a Justiça Eleitoral e a Justiça Estadual na comunicação de dados para suspensão de direitos políticos.

Por fim, é imperioso registrar meu agradecimento à Presidência desta Casa, ao Corpo de Magistrados que compõem esta Corte que demonstraram incondicional apoio às ações desta Corregedoria.

Desembargador Cláudio Barreto Dutra
Corregedor Regional Eleitoral